

PROVA OBJETIVA

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. Os princípios constitucionais podem ser positivados ou não positivados. Os positivados são aqueles previstos expressamente no texto constitucional; os não positivados não estão escritos no texto, mas dele podem ser diretamente deduzidos. Nesse sentido, constitui princípio constitucional não positivado:

- a) o federativo.
- b) o republicano.
- c) o estado democrático de direito.
- d) o devido processo legal.
- e) a proporcionalidade.

2. É garantia do direito de propriedade a previsão constitucional segundo a qual:

- a) a lei assegurará aos autores de inventos industriais privilégio permanente para sua utilização.
- b) a lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública, mediante justa e prévia indenização em dinheiro, ressalvados os casos previstos em lei complementar.
- c) a pequena propriedade rural, assim definida em lei, não será objeto de penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva, salvo se não existirem outros bens penhoráveis.
- d) é vedado à União, aos Estados, aos Municípios e ao Distrito Federal utilizar tributo com efeito de confisco.
- e) a sucessão de bens de estrangeiros situados no País será sempre regulada pela lei brasileira, em benefício do cônjuge ou dos filhos brasileiros.

3. Ao tratar do direito à liberdade em suas diversas facetas, a Constituição Federal assegura:

- a) a liberdade de reunião, mediante prévia autorização da autoridade administrativa competente, nos termos da lei.
- b) que ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa fixada em lei.
- c) a liberdade de associação, condicionada à prévia autorização da autoridade administrativa competente, nos termos da lei.
- d) o acesso ao ensino religioso de matrícula obrigatória nas escolas públicas.
- e) o direito de acesso gratuito ao sistema único de saúde.

4. Tendo em vista os dispositivos constitucionais que versam sobre os direitos sociais em sentido amplo, assinale a opção correta.

- a) A filiação ao RGPS é obrigatória para todos os que estão inseridos no mercado de trabalho, razão pela qual a CF veda por completo a adoção de quaisquer requisitos diferenciados para a concessão de aposentadoria a seus beneficiários.
- b) Conforme a CF, a segurança pública visa à preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, sendo órgãos por ela responsáveis a Polícia Federal, a Polícia Rodoviária Federal, as polícias civis, as polícias militares, os corpos de bombeiros militares e as guardas municipais.
- c) A garantia ao salário mínimo nacionalmente unificado, sem diferenciação entre trabalhadores urbanos e rurais, de uma ou de outra região, não se aplica aos trabalhadores que, pela natureza da atividade que exercem, recebem remuneração variável.
- d) A assistência à saúde é livre à iniciativa privada, mas as instituições privadas, com exceção das entidades filantrópicas e sem fins lucrativos, não podem participar do Sistema Único de Saúde.
- e) O seguro-desemprego é direito garantido ao trabalhador que foi demitido sem justa causa, mas não ao que voluntariamente pediu demissão.

5. A União decide intervir no estado de Mato Grosso para manter a integridade nacional. Para isso, solicita autorização ao Congresso Nacional e ingressa com ação direta interventiva no Supremo Tribunal Federal (STF). Embora o Congresso Nacional tenha manifestado opinião contrária à intervenção, a ação direta interventiva é julgada procedente pelo STF. Assim, com base na decisão judicial favorável, o Presidente da República edita decreto de intervenção, estabelecendo como condições de execução restrições ao direito de reunião, ao sigilo de correspondência e de comunicação telefônica.

O procedimento, conforme relatado, para que União possa intervir no estado de Mato Grosso com o objetivo de manter a integridade nacional:

- a) é integralmente compatível com a Constituição Federal.
- b) possui vício apenas em relação à solicitação de autorização ao Congresso Nacional, haja vista que o Poder Legislativo tem poderes para tão somente apreciar o decreto de intervenção, e não para autorizar o ato.
- c) possui vício apenas em relação à necessidade de ajuizamento de ação direta interventiva no STF, na medida em que o Poder Judiciário não é suscitado a se pronunciar no caso de intervenção espontânea.
- d) possui vício apenas em relação às restrições a direitos fundamentais contidas no decreto de

intervenção, pois estas só podem ser previstas em caso de estado de defesa ou de sítio.

e) é incompatível com a Constituição Federal no que se refere à solicitação de autorização ao Congresso Nacional, à necessidade de ajuizamento de ação direta interventiva e às restrições a direitos fundamentais previstas no decreto de intervenção.

6. Considerando os dispositivos da CF sobre o funcionamento e as atribuições do Poder Legislativo, o processo legislativo e a fiscalização contábil, financeira e orçamentária, assinale a opção correta.

a) Ao Congresso Nacional cabe fixar os subsídios do presidente, do vice-presidente da República e dos ministros de Estado e julgar anualmente as contas prestadas pelo presidente da República.

b) A CF veda, completamente, a apresentação de emendas parlamentares que representem aumento das despesas a projetos de lei de iniciativa exclusiva do chefe do Poder Executivo.

c) A criação de cargos e funções na administração direta e autárquica, assim como o aumento da sua remuneração, somente pode ocorrer mediante lei de iniciativa do presidente da República ou do Congresso Nacional.

d) Compete ao Tribunal de Contas da União realizar, somente por iniciativa própria ou da comissão mista permanente de deputados e senadores responsável pela apreciação e execução das leis orçamentárias, inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial nas unidades administrativas dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário.

e) Às comissões permanentes do Congresso Nacional compete discutir e votar, em caráter preliminar, matérias de sua competência, não sendo dispensável, portanto, em qualquer caso, a decisão final, pelo plenário de cada Casa, acerca do conteúdo dos projetos de lei.

7. Ao examinar as contas a serem prestadas pela Mesa da Câmara de Vereadores relativamente ao exercício de 2012, o Tribunal de Contas do Estado:

a) ficará adstrito à análise da legalidade da despesa e da observância do limite constitucional de gasto com folha de pagamento da Câmara Municipal, vedada a apreciação quanto à constitucionalidade da lei municipal.

b) deverá abster-se de apreciar a constitucionalidade da lei municipal, uma vez que a guarda da Constituição é de competência do Supremo Tribunal Federal, e não dos Tribunais de Contas.

c) possuirá legitimidade para apreciar a constitucionalidade da lei municipal, de onde poderá decorrer sua manifestação pela regularidade

ou não da realização do pagamento.

d) somente poderá manifestar-se sobre a constitucionalidade da lei municipal, adotando-a como fundamento de decidir a respeito da regularidade da despesa, se já houver decisão judicial transitada em julgado a esse respeito.

e) não poderá manifestar-se sobre a constitucionalidade da lei municipal, uma vez que esta é atribuição exclusiva do Poder Judiciário, no sistema de controle de constitucionalidade brasileiro, que não conhece mecanismos de controle político.

8. Com referência as funções essenciais à justiça, assinale a opção correta:

a) O advogado tem imunidade profissional, não constituindo injúria, difamação ou desacato puníveis qualquer manifestação de sua parte, no exercício de sua atividade, em juízo ou fora dele.

b) Ao MP é assegurada autonomia funcional e administrativa, cabendo ao Poder Executivo apenas propor ao Congresso Nacional a criação e a extinção dos cargos e serviços auxiliares do MP.

c) As defensorias públicas estaduais dispõem de autonomia funcional e administrativa, mas, sendo órgãos do Poder Executivo, cabe ao governador de estado a iniciativa de sua proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias.

d) A Advocacia-Geral da União é chefiada pelo advogado-geral da União, cargo de nomeação pelo presidente da República, entre integrantes do órgão, com mais de trinta anos de idade, de notável saber jurídico e reputação ilibada.

e) A destituição do procurador-geral da República ocorre por iniciativa do presidente da República, precedida de autorização da maioria absoluta do Senado Federal.

9. Acerca da disciplina constitucional aplicável a finanças públicas e orçamentos, assinale a opção correta.

a) O PPA e os orçamentos anuais serão estabelecidos por leis de iniciativa do Poder Executivo; as diretrizes orçamentárias, por sua vez, podem ser determinadas por decreto do Poder Executivo, atendidos os critérios definidos na lei que estabelece o PPA.

b) As disponibilidades de caixa da União, assim como as dos estados, do DF e dos municípios, serão obrigatoriamente depositadas no Banco Central do Brasil.

c) Antes de ser apreciado pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, o projeto de lei relativo ao orçamento anual, entre outros projetos, será objeto de exame por uma comissão mista permanente de senadores e deputados, à qual caberá a emissão de parecer.

d) A CF admite emendas ao projeto de lei

orçamentária anual ou aos projetos que o modifiquem, desde que provenientes da anulação de despesas relacionadas ao serviço da dívida e às transferências tributárias para os estados, o DF e os municípios, mas não da anulação de despesas que incidam sobre dotações para pessoal e respectivos encargos.

e) Lei ordinária de abrangência nacional disporá sobre as finanças públicas e a dívida pública externa de todas as esferas de poder, aí incluída a das autarquias, fundações e demais entidades controladas pelo poder público, cabendo à União, aos estados, ao DF e aos municípios dispor, por meio de leis próprias, sobre sua dívida interna e as operações de câmbio realizadas por seus órgãos e entidades.

10. Com relação ao controle de constitucionalidade, assinale a opção correta.

a) No processo objetivo do controle de constitucionalidade, a intervenção do amicus curiae equivale à intervenção de terceiros, o que lhe garante a prerrogativa de interpor recurso para discutir a matéria objeto de análise na ação em que atua.

b) Contra lei estadual que desrespeitar princípios sensíveis da CF pode o procurador-geral da República impetrar, no STF, ação direta de inconstitucionalidade interventiva, que, acolhida, implicará a nulificação do ato impugnado e, ao mesmo tempo, determinará que o presidente da República decrete a intervenção no estado respectivo.

c) Todos os tribunais judiciais, com exceção do STF, estão obrigados a seguir a cláusula de reserva de plenário, que prevê que somente pelo voto da maioria absoluta de seus membros, ou dos membros do respectivo órgão especial, poderá ser declarada a inconstitucionalidade de lei ou de ato normativo do poder público.

d) Embora lei municipal que contrarie a CF não possa ser objeto de ação direta de inconstitucionalidade perante o STF, cabe o controle difuso de constitucionalidade, ou mesmo o controle concentrado, dessa lei, por meio de arguição de descumprimento de preceito fundamental.

e) No âmbito do Poder Legislativo — federal e estadual —, são legitimados para propor, no STF, a ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade as mesas do Congresso Nacional, do Senado Federal e da Câmara dos Deputados e as mesas de assembleia legislativa e da Câmara Legislativa do DF.

DIREITO ADMINISTRATIVO

11. Após a edição da CF, havia controvérsia sobre a obrigatoriedade de concurso público para o provimento de cargos nas empresas públicas e sociedades de economia mista. A questão foi pacificada pelo STF, no ano de 1993, em decisão que confirmou a obrigatoriedade do concurso público. Posteriormente, avaliando contratações sem concurso público ocorridas no período entre 1988 e 1993, o STF assim decidiu: “(...) A existência de controvérsia, à época das contratações, quanto à exigência de concurso público no âmbito das empresas públicas e sociedades de economia mista, questão dirimida somente após a concretização dos contratos, não tem o condão de afastar a legitimidade dos provimentos, realizados em conformidade com a legislação então vigente.” Nessa decisão, fica evidenciada a aplicação do princípio da:

- a) juridicidade.
- b) recepção.
- c) segurança jurídica.
- d) continuidade do serviço público.
- e) supremacia do interesse público.

12. Com relação aos princípios constitucionais da Administração Pública, está em conformidade com a:

- a) publicidade o sigilo imprescindível à segurança da sociedade e do Estado ou o indispensável à defesa da intimidade.
- b) eficiência a prestação de serviço público que satisfaça em parte às necessidades dos administrados, desde que realizados com rapidez e prontidão.
- c) moralidade o ato administrativo praticado por agente público em favorecimento próprio, desde que revestido de legalidade.
- d) impessoalidade a violação da ordem cronológica dos precatórios para o pagamento dos créditos de natureza comum.
- e) legalidade a inobservância a quaisquer atos normativos que não sejam lei em sentido estrito e provindos de autoridades administrativas.

13. João, servidor público, conduzindo veículo oficial a serviço da Administração Estadual, envolveu-se em acidente de trânsito do qual resultou prejuízo de grande monta a particular. O particular acionou o Estado, que foi condenado a indenizá-lo. De acordo com os dispositivos constitucionais e legais que regem a matéria, o direito de regresso da Administração em face do servidor:

- a) independe de comprovação de dolo ou culpa, dada a sua natureza objetiva.
- b) é afastado se configurada responsabilidade objetiva do Estado.

c) depende da comprovação de dolo e é afastado no caso de culpa, salvo se configurada inobservância de dever legal.

d) depende da comprovação de conduta dolosa ou culposa, dada a natureza subjetiva da responsabilidade do agente.

e) é sempre possível, em razão da responsabilidade objetiva do agente, salvo quando comprovada culpa exclusiva da vítima ou causas excludentes da ilicitude.

14. Permissionário de cantina localizada em estádio municipal obteve autorização do Município para venda de bebidas alcoólicas no seu estabelecimento. Todavia, sobreveio lei estadual proibindo a venda e o consumo de bebidas alcoólicas nos estádios de futebol localizados em território estadual. Dessa nova circunstância decorrerá a:

- a) anulação da autorização.
- b) caducidade da autorização.
- c) superação da autorização.
- d) revogação da autorização.
- e) cassação da autorização.

15. Concorrência é a modalidade licitatória obrigatória para:

- a) contratos de concessão de serviço público e para obras e serviços de engenharia com valor estimado acima de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais) e facultativa para as situações onde a modalidade cabível seja o convite ou tomada de preços.
- b) obras e serviços de engenharia com valor estimado acima de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais) e facultativa para contratos de concessão de serviço público.
- c) contratos de concessão de serviço público e facultativa para parcerias público-privadas.
- d) contratos de concessão de serviço público e facultativa para alienação de imóveis, independentemente do valor e forma de aquisição destes pela Administração.
- e) as alienações de imóveis com valor estimado acima de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais) e facultativa para alienação de imóveis abaixo desse valor, independentemente da forma de aquisição pela Administração.

16. Pelo regime da Lei no 8.666/93, é motivo suficiente para que a Administração deva restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro de um contrato administrativo, dentre outros, haver situação na qual:

- a) o particular contratado não realize o lucro previsto em seus cálculos iniciais.
- b) a continuidade do contrato se veja ameaçada por problemas financeiros do particular contratado.
- c) a Administração unilateralmente determine a

supressão do objeto de uma reforma de edifício que implique redução de 40% em relação ao valor inicial.

d) esteja caracterizado fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

e) comprove-se que o valor oferecido pelo particular contratado na licitação era inexequível.

17. O regime jurídico das empresas públicas que executam atividade de natureza econômica em sentido estrito:

- a) impõe a observância do limite de remuneração constante do art. 37, XI da Constituição Federal, ainda que não haja participação do erário público para pagamento de despesas de pessoal ou de custeio original.
- b) permite a contratação direta de suas subsidiárias e controladas, para a aquisição ou alienação de bens, prestação ou obtenção de serviços, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado.
- c) assegura a observância das prerrogativas processuais típicas da Fazenda Pública, como prazo em quádruplo para contestar e prazo em dobro para recorrer.
- d) afasta a legitimidade passiva de seus agentes no âmbito do mandado de segurança.
- e) admite a estabilidade excepcional de seus empregados, nos termos do art. 19 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

18. “Em razão de estar sob um regime jurídico especial, tal entidade fica dispensada de realizar concurso público para admissão de pessoal”. A entidade a que se refere a afirmação é:

- a) Ordem dos Advogados do Brasil.
- b) Agência Executiva.
- c) Associação Pública.
- d) Empresa Pública.
- e) Sociedade de Economia Mista.

19. A respeito da improbidade administrativa, assinale a opção correta.

- a) A responsabilidade civil decorrente do ato de improbidade administrativa é objetiva, ou seja, não se analisa dolo ou culpa, porque o prejuízo sempre será do poder público.
- b) Ação contrária aos princípios da administração pública não gera improbidade administrativa quando não causa prejuízo ao erário.
- c) A probidade administrativa configura norma difusa, visto que os bens pertencentes ao Estado constituem res publica, devendo ser coibido qualquer desvio de destinação desses bens.
- d) Ato de improbidade é definido como o ato lesivo ao ordenamento jurídico praticado exclusivamente por servidor público, no exercício de sua função, contra a administração direta, indireta ou

fundacional de qualquer dos poderes da União, dos estados, do DF e dos municípios.

e) As sanções legalmente previstas para atos de improbidade administrativa não incluem a proibição de contratar com o poder público.

20. Sobre o regime jurídico da Administração Pública, segundo as normas constitucionais gerais vigentes e aplicáveis à espécie, assinale a alternativa correta:

a) As funções de confiança serão exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.

b) Segundo disposição expressa na Constituição, apenas a administração pública direta deve obedecer aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

c) O prazo de validade do concurso público será de dois anos, prorrogável discricionariamente, a critério da Administração, por iguais períodos.

d) Por se configurar ato de improbidade administrativa, é vedada à Administração a contratação de pessoa por tempo determinado, ainda que seja para atender à necessidade temporária de interesse público.

e) Haja vista o regime jurídico especial ao qual está vinculado, é vedado ao servidor público civil o direito à associação sindical.

PROCESSO CIVIL

21. Com relação às causas em que o MP é chamado a intervir como custos legis, assinale a opção que está de acordo com o Código de Processo Civil e o entendimento da doutrina majoritária e dos tribunais pátrios:

a) O fato de a fazenda pública ser parte caracteriza o interesse público justificador da intervenção do MP.

b) Em causa na qual a parte seja incapaz, a intervenção do MP não poderá contrariar os interesses daquele.

c) O MP tem legitimidade processual para alegar a incompetência relativa.

d) A intervenção obrigatória do MP se satisfaz com sua intimação, ainda que não haja sua expressa manifestação nos autos.

e) É necessária a atuação do MP como custos legis mesmo quando este já atue como parte.

22. Sobre o procedimento ordinário, é correto afirmar:

a) O julgamento antecipado da lide coloca em prática a garantia do jurisdicionado à razoável duração dos processos, alçado na atualidade a princípio de estatura constitucional.

b) Recebida a exceção de incompetência oposta pelo réu em feito que tramita no primeiro grau de jurisdição, o processo ficará suspenso até que seja definitivamente julgada pelo tribunal ao qual o juiz está vinculado.

c) Contra o revel que tenha patrono nos autos, correrão os prazos independentemente de intimação, a partir da publicação de cada ato decisório.

d) Como os pedidos devem ser interpretados restritivamente, tratando-se de obrigação consistente em prestações periódicas, as que se vencerem no curso do processo não serão incluídas na sentença a ser proferida, salvo se o autor expressamente as requerer.

e) A conexão é requisito indispensável para que seja permitida a cumulação, num único processo, de vários pedidos contra o mesmo réu.

23. São espécies de preclusão:

a) todas as condições de procedibilidade processual, que objetivam a formação e o desenvolvimento válido e regular do processo.

b) a perempção, a litispendência e a coisa julgada, extinguindo-se o processo, em razão de seu reconhecimento, com resolução do mérito.

c) a decadência e a prescrição, extinguindo-se o processo, quando reconhecidas, sem resolução do mérito.

d) todas as exceções processuais, meios de defesa indireta, que visam a obstar o regular prosseguimento do processo.

e) temporal, consumativa e lógica, impossibilitando a prática do ato processual ulterior se antes reconhecidas nos autos.

24. Com relação aos princípios constitucionais do processo civil, assinale a opção correta.

a) O sistema de cotas para ingresso nas universidades, adotado em todas as faculdades, públicas ou particulares, é consequência do princípio da igualdade processual.

b) O princípio do juízo natural, no aspecto objetivo, desdobra-se em duas garantias: a preexistência do órgão jurisdicional ao fato e o respeito absoluto às regras objetivas de determinação de competência.

c) No aspecto subjetivo, o princípio do juízo natural refere-se tão somente à questão da imparcialidade do juiz.

d) O princípio do devido processo legal é aplicável apenas no âmbito público, sem alcançar os particulares, já que se refere apenas aos processos judiciais.

e) A dimensão substancial do princípio do contraditório refere-se ao direito de participar do processo, de ser ouvido, do autor que está no polo passivo da relação jurídico-processual.

25. Interposto o recurso cabível, intimou-se a parte recorrente devido ao provimento de embargos de declaração opostas pela outra parte e que modificaram a fundamentação da decisão recorrida, tendo o recorrente protocolado aditamento ao recurso já interposto. Nessa situação, é aplicável o princípio da:

- a) vedação da reformatio in pejus.
- b) complementariedade.
- c) fungibilidade.
- d) dialeticidade.
- e) taxatividade.

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL AO CONTROLE EXTERNO

26. Consoante disposto na Lei Complementar 486/2013, que alterou a Lei Complementar 269 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso), não está (ão) legitimado (s) a propor o Termo de Ajustamento de Gestão – TAG:

- a) o Presidente do Tribunal de Contas.
- b) os Procuradores de Contas.
- c) os Conselheiros.
- d) os Conselheiros Substitutos.
- e) o Procurador Geral de Contas.

27. Sobre o Ministério Público de Contas do Estado de Mato Grosso é correto afirmar:

- a) os Procuradores de Contas serão nomeados pelo Governador do Estado, após parecer favorável do Presidente do Tribunal, tomando posse no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação do ato.
- b) Aos Procuradores de Contas não são assegurados os mesmos direitos, garantias, prerrogativas e vedações dos membros do Ministério Público Estadual.
- c) o Procurador de Contas não emitirá parecer conclusivo nos processos que lhe forem distribuídos.
- d) Em caso de vacância, impedimentos ou ausência por motivo de licença, férias inferiores a 30 (trinta) dias ou outro afastamento legal, o Procurador Geral designará seu substituto dentre os demais Procuradores, sendo assegurado ao substituto os vencimentos do cargo de Procurador Geral enquanto estiver exercendo a função.
- e) compete ao Procurador Geral do Ministério Público de Contas avocar, quando julgar necessário, processo que esteja sob exame de qualquer membro do Ministério Público de Contas, aditando-o, se for o caso, respeitadas os prazos regimentais.

28. Nos termos da Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso (LC 269/07) constitui espécie recursal:

- a) o pedido de rescisão.
- b) os embargos de declaração.
- c) a representação.
- d) os embargos infringentes.
- e) o recurso incidental.

29. À parte, ao terceiro juridicamente interessado e ao Ministério Público de Contas é atribuída legitimidade para propor Pedido de Rescisão de Acórdão atingido pela irrecorribilidade, exceto quando:

- a) a decisão tenha sido fundada em prova cuja falsidade foi demonstrada em sede judicial.
- b) houver erro de cálculo ou erro material.
- c) tenha ocorrido a superveniência de novos elementos de prova incapazes de desconstituir os anteriormente produzidos.
- d) violar literal disposição de lei.
- e) configurada a nulidade processual por falta ou defeito de citação.

30. Compete ao Tribunal de Contas de Mato Grosso:

- a) apreciar as contas prestadas, semestralmente, pelo Governador do Estado, mediante parecer prévio a ser elaborado em sessenta dias, a contar de seu recebimento e enviado à Assembleia Legislativa para julgamento.
- b) no caso de contrato, o ato de sustação será adotado diretamente pelo Tribunal de Contas, que solicitará, de imediato, ao Poder Executivo, as medidas cabíveis.
- c) prestar as informações solicitadas pelo Poder Judiciário, ou por qualquer de suas comissões, sobre a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, bem como sobre resultados de auditorias e inspeções realizadas.
- d) sustar, em qualquer hipótese, a execução de ato impugnado, comunicando a decisão à Assembleia Legislativa.
- e) fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pelo Estado, diretamente ou através dos seus órgãos da Administração Pública direta ou indireta, mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres.

DIREITO FINANCEIRO

31. Sobre despesa total com pessoal, é INCORRETO afirmar:

- a) Serão computadas para cálculo do limite da despesa total com pessoal as despesas relativas a incentivos à demissão voluntária e à indenização por demissão de servidores.

- b) Os valores dos contratos de terceirização de mão de obra para substituição de servidores serão contabilizados como "outras despesas de pessoal".
- c) A despesa total com pessoal será apurada somando-se a realizada no mês de referência com as dos onze meses imediatamente anteriores.
- d) Quando o Poder Público está excedendo em 95% do limite para despesa total com pessoal, será vedada a criação de cargo, emprego ou função.
- e) Se a despesa total com pessoal ultrapassar os limites definidos na Lei de Responsabilidade Fiscal, o percentual excedente terá de ser eliminado nos dois quadrimestres seguintes.

32. De acordo com o princípio da não afetação da receita de impostos, que rege tanto o direito financeiro quanto o tributário, o legislador é proibido de vincular a receita de impostos a órgão, fundo ou despesa. Todavia, a despeito desse princípio, o legislador pode vincular a receita do imposto de renda a:

- a) pagamento da dívida pública mobiliária federal.
- b) convênios para atender a despesas imprevisíveis e urgentes decorrentes de calamidades públicas.
- c) despesas com aposentadorias do RGPS.
- d) prestação de garantias às operações de crédito por antecipação de receita.
- e) despesas com assistência social.

33. Assinale a afirmativa correta.

- a) A determinação de que os orçamentos sejam aprovados por lei formal se pauta no princípio da exclusividade.
- b) A lei de orçamento consignará dotações globais destinadas a atender indiferentemente a despesas de pessoal, material, serviços de terceiros, transferências ou quaisquer outras.
- c) São princípios orçamentários: exclusividade, transparência, legalidade, anualidade e anterioridade.
- d) A liquidação de despesas consiste no pagamento ou na inscrição em restos a pagar.
- e) O princípio da proibição do estorno está consagrado na Constituição de 1988.

34. O processo legislativo orçamentário, tema constitucional por envolver diretamente as relações interpoderes, está disciplinado na Carta Magna por várias disposições. Com relação a esse assunto, assinale a opção correta.

- a) É vedada a abertura de crédito adicional sem prévia autorização legislativa e sem indicação da origem dos recursos correspondentes.
- b) Emendas ao projeto de LOA somente poderão ser aprovadas se forem indicados os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesa ou que estejam relacionadas com a correção de erros ou omissões.
- c) Emendas ao projeto de LOA terão de ser

apresentadas pelo parlamentar no plenário da assembleia legislativa estadual.

d) As funções do orçamento fiscal, o da seguridade social e o de investimento das estatais, compatibilizados com o PPA, incluem a função de reduzir as desigualdades regionais, segundo critério estabelecido em lei.

e) Não será admitido aumento da despesa prevista nos projetos de iniciativa de governador, salvo se aprovado por maioria absoluta da assembleia legislativa estadual.

35. Os restos a pagar:

a) podem ser realizados apenas dentro do mandato do Chefe do Executivo, estando proibidos, portanto, no último ano.

b) constituem prática proibida pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

c) podem ser definidos como despesas empenhadas mas não pagas até o dia 31 de dezembro.

d) serão admitidos quando não houver disponibilidade de caixa para pagamento dentro do exercício em que estava prevista a despesa.

e) devem constar no exercício seguinte com dotação de crédito adicional.

36. O artigo 42 da Lei Complementar no 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) veda a assunção de obrigação de despesa nos dois quadrimestres anteriores ao término do mandato eletivo, que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, sem que haja disponibilidade financeira para esse efeito. Isso significa que:

a) as obras em andamento devem ser paralisadas.

b) fica vedada a contratação de quaisquer empréstimos.

c) não se admite a inscrição de restos a pagar das despesas processadas e liquidadas.

d) somente podem ser contratados serviços de natureza essencial.

e) são permitidas contratações quando o saldo de caixa projetado para o final do exercício for suficiente para cobrir as parcelas empenhadas.

37. Segundo a Lei no 4.320/64, as dotações para a manutenção de serviços anteriormente criados, inclusive as destinadas a atender a obras de conservação e adaptação de bens imóveis classificam-se como:

a) despesas de custeio.

b) despesas correntes.

c) transferências correntes.

d) subvenções.

e) receitas correntes.

38. São, dentre outras, receitas correntes as provenientes:

- a) do superávit do Orçamento Corrente.
- b) da realização de recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas.
- c) de receitas tributárias.
- d) de recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, destinados a atender despesas classificáveis em Despesas de Capital.
- e) da conversão, em espécie, de bens e direitos.

39. Nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal, considera-se transferência voluntária a entrega de recursos correntes ou de capital a outro ente da federação, a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira, que não decorra de determinação constitucional, legal ou os destinados ao Sistema Único de Saúde.

A respeito das transferências voluntárias, considere as afirmativas abaixo.

I - Para a realização de transferência voluntária, exige-se dotação específica.

II - O beneficiário de uma transferência voluntária deve comprovar o cumprimento dos limites constitucionais relativos à educação e à saúde.

III - É vedada a utilização de recursos transferidos em finalidade diversa da pactuada, com exceção do investimento em ações de educação, saúde e assistência social.

É correto APENAS o que se afirma em:

- a) I
- b) II
- c) III
- d) I e II
- e) II e III

40. Considerando que o Poder Executivo federal esteja determinado a realizar a abertura de crédito extraordinário por meio da edição de medida provisória (MP), para fazer face às despesas de execução de investimentos das obras do Programa de Aceleração do Crescimento, de sua responsabilidade, assinale a opção correta de acordo com a jurisprudência do STF.

a) Trata-se de crédito suplementar ou especial e não de extraordinário e, por isso, será necessária prévia autorização legislativa para sua abertura, de modo a fazer face às despesas de execução de investimentos.

b) A abertura do crédito terá eficácia com a aprovação da MP pelo Congresso Nacional.

c) Tendo em conta que a matéria objeto da MP é de exclusiva competência do presidente da República, o crédito extraordinário será regular e terá eficácia desde a vigência da norma.

d) A MP poderá referir-se às despesas de custeio, mas não às de investimento, pois, neste caso, fugirá à natureza do crédito extraordinário.

e) Somente prévia autorização legislativa, ou seja, aprovação de lei no Congresso Nacional, poderá autorizar a abertura de qualquer crédito extraordinário.

PROVA DISSERTATIVA

- Em cada uma das questões abaixo, faça o que se pede, usando os espaços para rascunho; em seguida, transcreva os textos para a FOLHA DE QUESTÃO DISSERTATIVA, nos locais apropriados, pois não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos.
- Respeite os limites máximos de trinta linhas para cada questão dissertativa, pois quaisquer trechos de texto além desses limites serão desconsiderados. Será também desprezado o texto que não for escrito na folha de texto definitivo correspondente.
- Para cada questão dissertativa será atribuída até vinte pontos.

1. Discorra sobre o controle externo realizado pelos Tribunais de Contas, abordando, necessariamente as seguintes indagações:

a) De acordo com a atual jurisprudência do STF, é possível o Tribunal de Contas apreciar a constitucionalidade e/ou legalidade de lei ou ato normativo?

b) Os Tribunais de Contas possuem legitimidade para requisitar diretamente informações que importem quebra de sigilo bancário?

2. Transcorra sobre conceitos de licitação, licitação dispensada, licitação dispensável, licitação inexigível, licitação deserta e licitação fracassada.

Obs.: não há necessidade de citar dispositivo legal, contudo, imprescindível que a resposta esteja amparada pela juridicidade.